

# +ACESSO

RELATÓRIO DE PESQUISA  
(Março e Abril/2022)



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

GOVERNADOR  
**Cláudio Bonfim de Castro e Silva**

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL  
**Nicola Moreira Miccione**

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO CEPERJ  
**Gabriel Lopes**

VICE PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO CEPERJ  
**Marcello Coimbra Costa**

DIRETORIA DO CEEP  
**Thiago Larangeira**

COORDENADORIA DE POLÍTICAS SOCIAIS  
**Nathália Emygdia de Andrade**

EQUIPE TÉCNICA  
**Antônio Marques Ferreira Neto**  
**Desirée Rosalino Marques**  
**Karina Almeida dos Santos**  
**Marcelo Borel**  
**Marina Marins Moretoni**  
**Monique Rocha Nascimento**  
**Samara Sthefani Oliveira Marques Martins**  
**Thaylla Regina Frazão de Assumpção**  
**Thiago Brandão Peres**  
**Tayara Causanilhas**

# SUMÁRIO

<b>Sumário</b>	<b>3</b>
<b>Sobre a Fundação Ceperj</b>	<b>4</b>
<b>Introdução</b>	<b>5</b>
<b>Pesquisa</b>	<b>6</b>
Metodologia	6
Perfil do entrevistado e seu arranjo domiciliar	7
Acesso a benefícios	13
Covid e outras doenças epidemiológicas	16
Acesso a serviços e políticas públicas	22
Conhecimento sobre programas de governo	24
Opinião sobre área de prioridade do governo	25
<b>Considerações Finais</b>	<b>26</b>





# Sobre a Fundação Ceperj

Criada a partir da Lei nº 5.420, de 31 de março de 2009, sucessora das Fundações CIDE e FESP-RJ — herdando todo seu conhecimento processual e acervo técnico —, a Fundação Ceperj é uma instituição com tradição de mais de meio século de história e reconhecido centro de capacitação, recrutamento, cultura e produção de estatísticas e de estratégias para políticas públicas nos mais diversos eixos temáticos.

Assumindo o legado de suas antecessoras e, sob a gestão de seu atual presidente Gabriel Lopes, a instituição concentra esforços em sua reestruturação e na retomada de sua posição como órgão de excelência. Dedicar-se tanto ao fomento de políticas públicas, como à capacitação de servidores e à organização de concursos públicos e de processos seletivos. Como parte desse resgate, a Fundação Ceperj também produz informações e inteligência de dados estatísticos, construindo indicadores que orientam políticas públicas e toda a sociedade civil.

A Fundação Ceperj sustenta como visão ser modelo no desenvolvimento das atividades de seleção, formação e produção de conhecimento e estatística, atenta às necessidades de seus públicos de interesse. Por seus valores, respalda-se na integridade de suas ações, no incentivo à reflexão e inovação, no foco em resultados e melhores práticas, bem como na responsabilidade socioambiental. Por missão, a instituição tem o compromisso de selecionar, capacitar, especializar, produzir conhecimento e informações estatísticas, promovendo a excelência da gestão pública e o desenvolvimento econômico e social do estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, a Fundação Ceperj apresenta uma sólida estrutura organizacional. A Escola de Gestão e Políticas Públicas (EGPP) é responsável pelos cursos de especialização e de extensão destinados a técnicos e gestores, bem como cursos de atualização e capacitação nas áreas gerencial, técnico-administrativa e de informática, atuando nas modalidades de Educação Presencial e a Distância. A Diretoria de Concursos e Processos Seletivos (DIRCPS) visa aprimorar, qualitativa e quantitativamente, os processos seletivos, reduzindo custos e otimizando recursos na realização de concursos públicos. O Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (CEEP), por sua vez, produz dados e informações de qualidade, de forma integrada e centralizada, contribuindo para a compreensão da realidade social do estado e para a formulação de políticas públicas. Além disso, a Fundação possui a Galeria de Artes Sala Djanira, espaço cultural que recebe exposições de artistas de diversas áreas.

Os projetos que se desdobram em indicadores e políticas sociais são realizados por meio do Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas, que atua em cinco eixos: Políticas Sociais, Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, Geociências, Dados e Informação e Políticas Econômicas.



O Projeto +Acesso - O Governo do Rio de Janeiro mais perto de Você tem por objetivo o desenvolvimento de pesquisa e levantamento de dados considerados relevantes para análise da qualidade de vida dos cidadãos fluminenses. Os dados a serem coletados se distribuem nas mais diversas áreas tais como segurança, saúde, educação, mobilidade, demografia, mercado de trabalho, entre outras.

O Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas (CEEP) atua na produção de dados e informações de qualidade, de forma integrada e centralizada, contribuindo para a compreensão da realidade social do estado e a formulação de políticas públicas. Dessa forma, a pesquisa realizada no âmbito do Projeto +Acesso - O Governo do Rio de Janeiro mais perto de Você produz dados e indicadores de interesse para a tomada de decisão na implementação de políticas públicas.

Ademais, o Projeto +Acesso - O Governo do Rio de Janeiro mais perto de Você busca a produção de dados sobretudo da população que vive em territórios marcados pela díade precariedade e vulnerabilidade social, buscando, dentro do contexto pandêmico, produzir dados de qualidade e, conseqüentemente, buscar a melhora de qualidade de vida destes.

## Metodologia

A partir dessa proposta, as pesquisas das quais se levantaram os dados do presente relatório transcorreram a campo em março e abril de 2022, motivo pelo qual foram analisadas em conjunto. Em ambos os casos, estão abrangidos os municípios de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Cardoso Moreira, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, São Fidélis, São Gonçalo, São João de Meriti, Silva Jardim, Tanguá e Valença. Sendo em abril, adicionadas as entrevistas de pessoas de Barra do Piraí, Barra Mansa, Piraí, Resende e Volta Redonda.

Neste período, foram extraídas 10.668 observações iniciais, referentes às 56 variáveis questionadas aos respondentes no período supramencionado. Observou-se, destarte, que 5,06% eram valores duplicados<sup>1-2</sup>. Por esta razão, prosseguiu-se a validação dos dados, em busca de normalizar a base e torná-la verossímil, mais próxima da realidade.

Com este objetivo, cumpriu-se a comparação interseccional das informações pessoais disponíveis sobre os respondentes que poderiam singularizá-los, quais sejam, nome completo, endereço, sexo, telefone, dentre outras; ao final, o banco de dados estabeleceu-se com um satisfatório total de 10.180 observações<sup>3</sup>.

Note-se, ainda, que estas observações não compreendem entradas de dados obrigatórias, isto é, dentro do questionário aplicado em campo não havia perguntas que tivessem a obrigatoriedade de resposta, de modo que o total de entradas para análise varia para cada variável<sup>4</sup>, como será possível notar no decorrer deste relatório.

1 São três as hipóteses para a repetição de entradas idênticas ou aproximadas: (i) o duplo clique no envio do formulário na hora da submissão pelo entrevistador, de modo que o aplicativo entendesse como mais de um formulário; (ii) a entrevista, efetivamente, do mesmo respondente em momentos distintos pelo mesmo entrevistador, tendo em vista que não há campo para indicação de já ter respondido anteriormente ao questionário; e (iii) a entrevista, efetivamente, do mesmo respondente em momentos distintos por distintos entrevistadores, por motivo análogo ao do ponto anterior.

2 Nota: recomenda-se a inclusão das opções "o respondente informou já ter respondido o questionário" e "o respondente decidiu por abandonar o questionário".

3 Note-se que o tratamento conferido às células duplicadas partiu da primazia pela preservação dos dados disponíveis, de modo que, quando duas linhas tinham variáveis integralmente iguais, manteve-se uma das entradas, enquanto se excluiu as demais; quando duas linhas tinham variáveis parcialmente iguais, de forma que as informações pessoais indicassem serem do mesmo respondente, ainda que com respostas distintas, em razão da assimetria de informações optou-se por retirar todas as entradas do banco de dados.

4 A implicação prática da não obrigatoriedade de respostas é a existência de demasiadas cédulas sem valor (missing data), entradas vazias por não terem sido respondidas no momento da aplicação do questionário, que são, por definição, valores que não compõem positiva ou negativamente a análise.

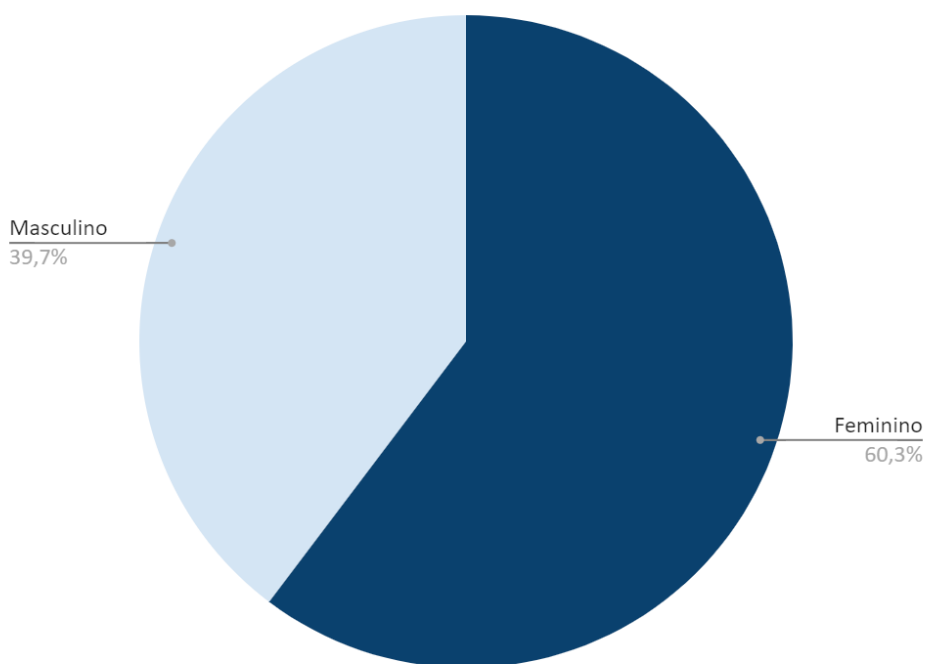


## Perfil do entrevistado e seu arranjo domiciliar

No tocante ao perfil do entrevistado, frise-se que, ainda que seja possível delinear o perfil do público-alvo desta pesquisa, as variáveis coletadas se mostraram insuficientes para traçá-lo com precisão por algumas razões: (i) a pergunta referente a idade do respondente foi realizada com base na questão “data de nascimento” que, por sua vez, refletiu uma infinidade de erros de preenchimento<sup>5</sup>; e (ii) não foi fornecida a variável referente à raça/cor e etnia do entrevistado.

Quanto ao gênero/sexo dos entrevistados, a pesquisa de campo continha três questões: “sexo”; “sexo biológico”; “você se identifica com o seu sexo?”. A partir destas categorias, tendo em vista que não houve a diferenciação entre sexo e gênero<sup>6</sup>, o perfil a seguir é composto apenas pelo cruzamento das duas primeiras variáveis, desconsiderando-se a terceira e compreendendo que se refere tão somente ao sexo biológico dos respondentes. Veja-se:

**Gráfico 1. Sexo dos entrevistados**



Fonte: Elaboração própria.

No contexto, foram entrevistados um total de 9.951 pessoas, das quais é possível depreender que, dentro do grupo dos entrevistados na população alvo deste projeto, tem-se uma incidência maior de respondentes do sexo feminino em

5 Para fins do presente relatório, com o objetivo de traçar um perfil etário da população alvo, a análise desta variável foi feita a partir da aplicação da fórmula do ano presente, 2022, menos o ano indicado na data de nascimento, desconsiderando dia e mês fornecidos pelo respondente.

6 Enquanto sexo se refere às categorias inatas do ponto de vista biológico, ou seja, algo relacionado com feminino e masculino; o gênero diz respeito aos papéis sociais relacionados com a mulher e o homem (Moser, 1989).

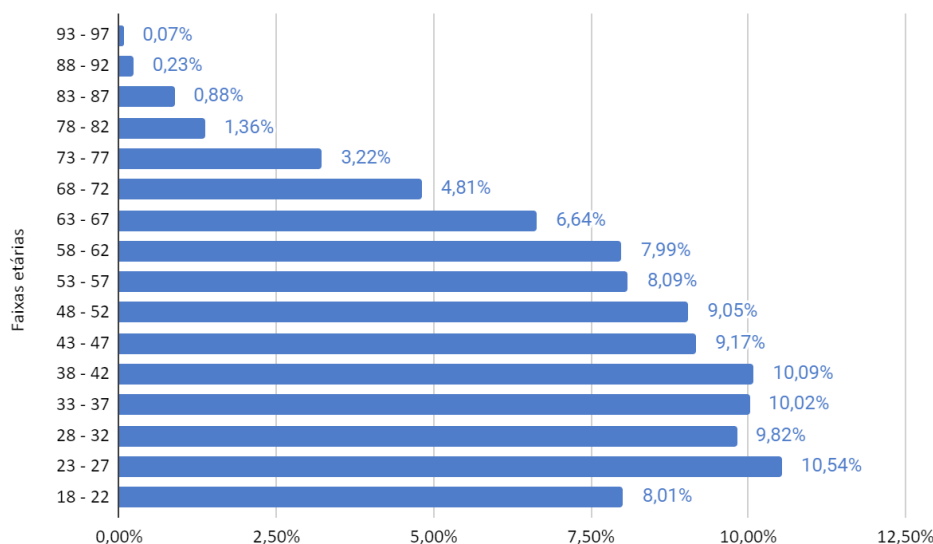
detrimento do sexo masculino. As mulheres somaram 6.000 respondentes, um total de 60,3%, enquanto 3.951 homens, 39,7% da amostra, foram entrevistados.

Destaque-se que este perfil, com a maioria expressiva de mulheres, é díspar da distribuição populacional por gênero, no qual há pouca variação entre homens e mulheres<sup>7</sup>. Contudo, é possível inferir ser um perfil socialmente verossímil, tendo em vista as pesquisas terem sido realizadas nos domicílios.

Se o homem, muito frequentemente, ainda cumpre o papel de provedor financeiro da família - poder legalmente reforçado<sup>8</sup> por muito tempo -, é mais provável que esteja fora de casa no momento em que são aplicados questionários como o da presente análise. A mulher, em contrapartida, é majoritariamente quem ocupa o papel de cuidadora do lar. Ademais, é mais provável que esteja em casa para responder a questionários como este dado que, ainda que trabalhe fora de casa, cumpre uma dupla jornada que propicia que esteja em casa por mais tempo - seja estando mais horas em casa ou, ainda, priorizando trabalhos que possam ser realizados de casa.

Por fim, outra hipótese digna de nota é que o perfil alvo deste questionário acaba por abarcar mais mulheres que, após se tornarem mães, por uma série de circunstâncias, acabam por se tornarem chefes de família em locais de vulnerabilidade social. Por quaisquer que sejam os motivos, o destaque de mulheres respondentes deste questionário não é objeto de surpresa e não cumpre questionamentos quanto à validade das proporções, apenas aos locus e habitus sociais que se mantém na sociedade atual.

**Gráfico 2. Faixas etárias dos entrevistados**



Fonte: Elaboração própria.

7 IBGE. Proporção de homens e mulheres na população brasileira. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html> Acesso em 12 de jul. de 2022.

8 No Código Civil de 1916, vigente no ordenamento jurídico brasileiro até 2002, o pátrio poder era definido como papel masculino em seu artigo 380. Tratava-se da total atribuição ao homem como gestor, com demarcada função de hierarquia, responsabilizando-o por todas as decisões afins a sua família. Ainda que gradualmente este conceito tenha sido abandonado - em 1988, com a promulgação de nova Constituição que consolidava a igualdade entre homens e mulheres e, mais concretamente, em 2002, com a promulgação de um novo Código Civil que não compreendia tal definição - a vigência por quase um século deste conceito parece, ainda, reverberar nas atribuições sociais brasileiras. Cf. PEIREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito de família: uma abordagem psicanalítica. 1ª ed. São Paulo: Ed. Forense, 2012.

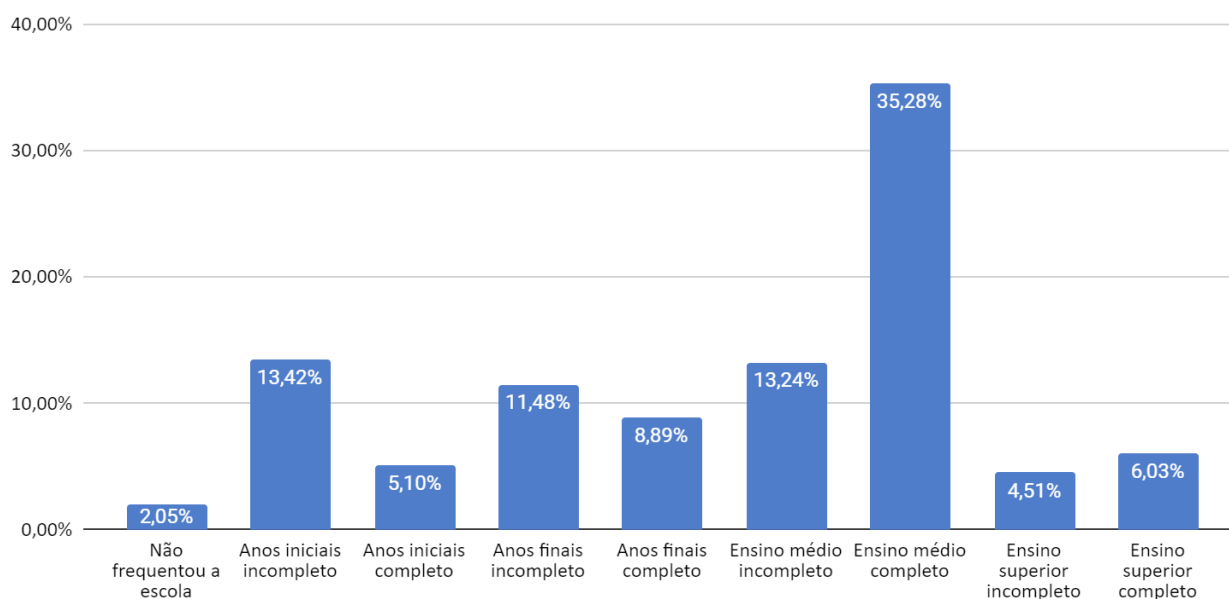


Para traçar o perfil etário desta população, conforme supramencionado, o total de entradas analisado é de 8.872 respostas<sup>9</sup>, dado que houve um número significativo de preenchimentos incorretos, impossibilitando a análise.

Com o disposto, percebe-se que a população alvo do projeto está distribuída, sobretudo, nas categorias que compreendem idades entre 18 e 57 anos, isto é, os que eram considerados, dentre as opções perguntadas, "jovem" e "adultos". Dentre estes, 8,01% estão entre 18-22 anos; 10,54% entre 23-27 anos; 9,82% entre 28-32 anos; 10,02% entre 33-37 anos; 10,09% entre 38-42 anos; 9,17% entre 43-47 anos; 9,05% entre 48-52 anos; e 8,09% entre 53-57 anos.

É possível notar, também, um número expressivo de idosos (pessoas com mais de 65 anos) entrevistados, em cerca de 10% dos dados, dos quais 7,99% estão entre 58-62 anos; 6,64% entre 63-67 anos; 4,81% na faixa seguinte, entre 68-72 anos; 3,22% entre 73-77 anos; 1,36% entre 78-82 anos; 0,23% entre 83-87; e, acima desta idade, 0,07% dos respondentes.

**Gráfico 3. Escolaridade do entrevistado**



Fonte: Elaboração própria.

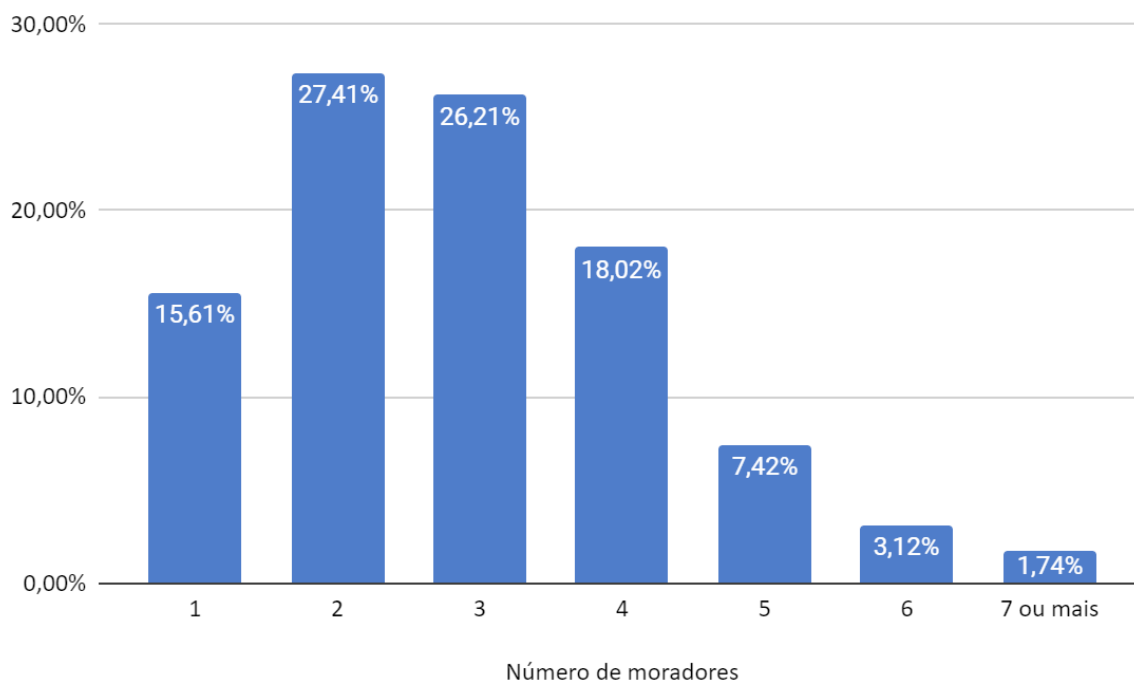
Quanto à escolaridade dos entrevistados, foram analisadas um total de 9.940 entradas. Nessa perspectiva, 2,05% dos entrevistados não chegou a ingressar na escola, ou disse não ter frequentado-a. Destacam-se a categoria de maior expressividade, referente aos 35,28% de respondentes que afirmaram ter o Ensino Médio Completo enquanto 13,24% tiveram seu ciclo de estudos interrompido no Ensino Médio; 8,89% completaram e 11,48% não finalizaram os Anos Finais<sup>10</sup> esco-

9 Veja-se que este é um número reduzido mesmo dentro do universo das variáveis oscilantes em razão da não obrigatoriedade das respostas (ver nota de rodapé 4) justamente pela questão ser referente a data de nascimento, conforme pontuado em metodologia.

10 Referentes ao antigo Fundamental II.

lares; para 13,42% dos respondentes Anos Iniciais<sup>11</sup> não foram completados, enquanto 5,10% completaram os Anos Iniciais escolares. Quanto ao Ensino Superior, 4,51% ingressaram mas não completaram e 6,03% declararam ter o Ensino Superior Completo.

**Gráfico 4. Número de moradores**



Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre o número de moradores de seus lares<sup>12-13</sup>, os respondentes informaram, majoritariamente, as primeiras opções da questão (1, 2, 3 ou 4 moradores), motivo pelo qual as categorias acima de 7 moradores, incluída essa, foram agrupadas.

Tem-se a média de 2,92 moradores por lar. Os lares em que habita apenas o respondente, "1" morador<sup>14</sup>, representam 15,61% da pesquisa; a concentração está em dois moradores, em um total de 27,41% dos lares dos entrevistados, seguido por 26,21% que moram em lares com três indivíduos. Os lares em que habitam quatro pessoas representam 18,02% das respostas; os lares compostos por cinco pessoas são 7,42% da pesquisa e os com 6 habitantes são 3,12% das respostas. Por fim, a categoria que compreende 7 ou mais habitantes<sup>15</sup> representa 1,74% das respostas.

11 Referentes ao antigo Fundamental I.

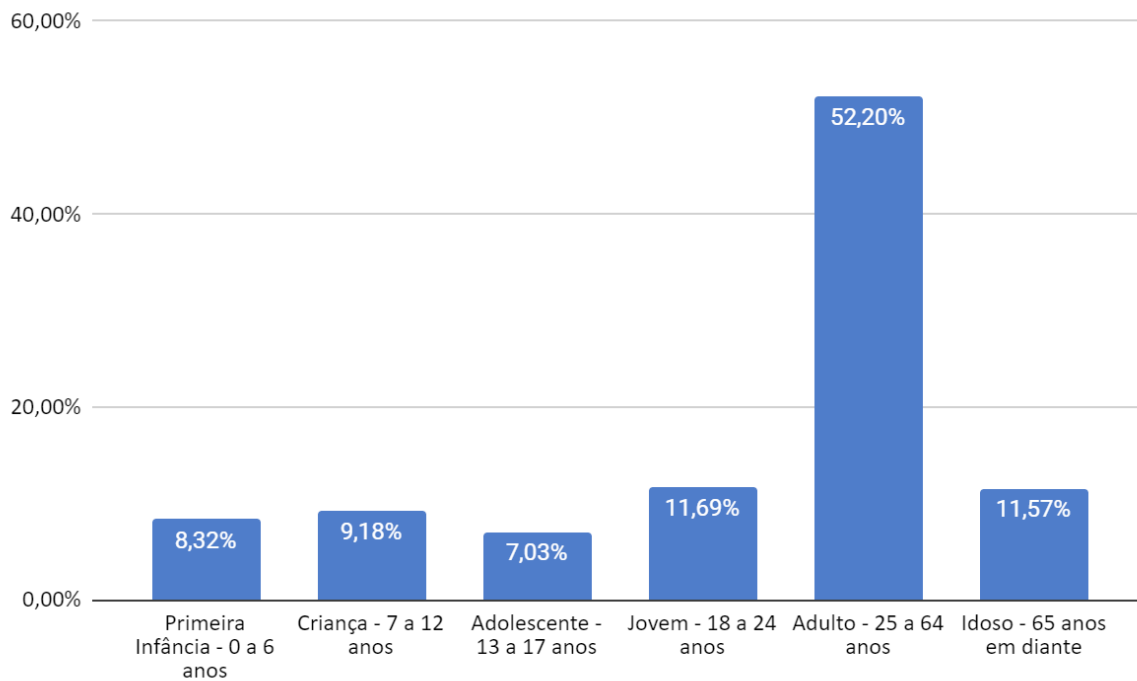
12 Nota: era possível, discricionariamente, responder de "0" até "20" moradores nesta proposição.

13 Nota: a formulação original da pergunta, "Quantas pessoas moram na sua casa", pode ou não compreender o próprio respondente.

14 A pergunta aplicada no campo era: "quantas pessoas moram em sua casa?". A partir desta pergunta, duas conclusões são possíveis: (i) o respondente considerou que apenas ele, isto é, uma pessoa, mora na casa; e (ii) a pergunta referendo-se para, além do respondente, que uma pessoa mora naquela casa, isto é, duas pessoas moram na casa. Portanto, no que se refere ao número de moradores de casa adiante, esta ressalva é aplicável.

15 Nota: Durante a análise dos dados, as categorias acima de 7 moradores foram unificadas para melhor visualização dos dados.

**Gráfico 5. Faixa etária dos moradores do domicílio**



Fonte: Elaboração própria.

No que concerne os moradores dos lares dos respondentes, foram coletadas 27.768 entradas<sup>16</sup>. Pela divisão proposta no questionário, foram considerados moradores indivíduos de 0 a mais de 65 anos<sup>17</sup>. Para realizar o perfil etário dos moradores, foi necessário filtrar a base de dados para que compreendesse apenas os lares com até 6 moradores, desconsiderando<sup>18</sup>, conforme supramencionado, 1,74% das respostas referentes a lares com 7 ou mais moradores.

Nesta análise, é possível verificar que a maior parte dos moradores, 52,20%, está compreendida na categoria “Adulto”, isto é, tem mais de 25 anos<sup>19</sup>. A categoria “Jovem”, que considera 18 a 24 anos, é representada por 11,69% das respostas. Os “Idosos”, com mais de 65 anos, 11,57%.

Os menores de idade compõem parcela significativa das respostas. Os “Adolescentes”, entre 13 e 17 anos, representam 7,03%; a categoria conformada como “Crianças”, entre 07 a 12 anos, 9,18%; e “Primeira Infância”, de 0 a 6 anos, 8,32%.

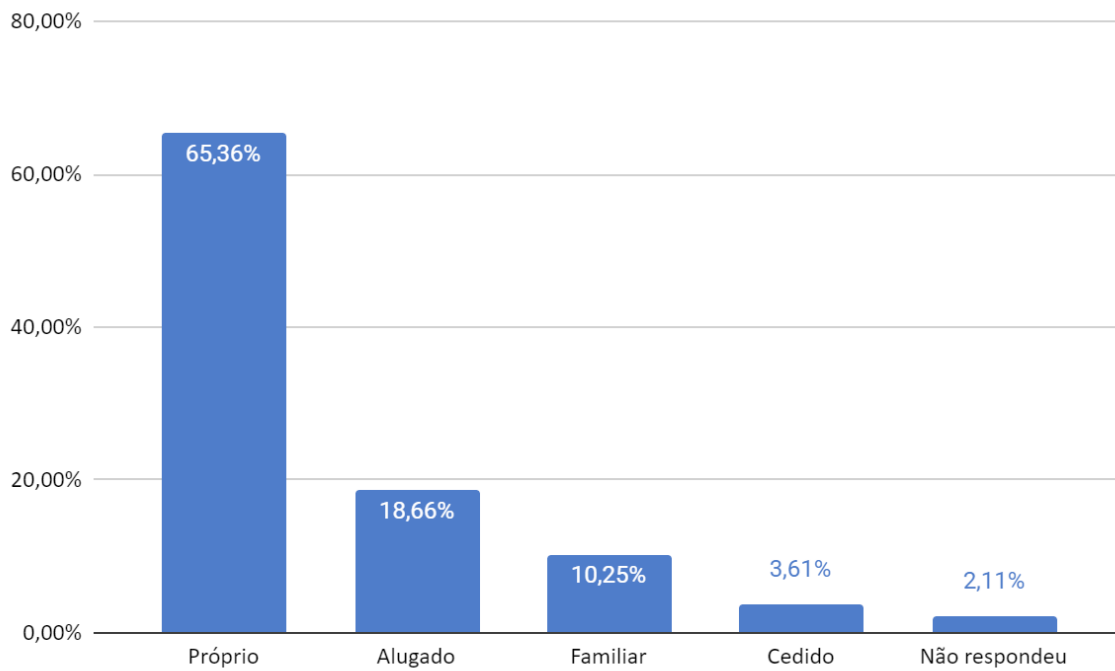
16 Dados que compreendem os lares com até 6 moradores, devido a formulação do questionário.

17 Nota: ainda que existissem categorias desde a primeira infância, como é comum que se considerem moradores apenas aqueles que podem contribuir financeiramente para o lar, não é possível verificar a precisão dos dados referentes aos moradores de pouca idade.

18 A opção, em virtude da inexistência da categoria idade para moradores excedentes de seis habitantes, mostrou-se oportuna e confirmatória dos dados, tendo em vista que, das cerca de 10.000 entradas utilizadas como base para o presente relatório, tem-se 27 mil respostas referentes a idade dos moradores, conferindo uma média de 2,7 moradores por casa - total que deveras se aproxima da média real, que considera, ainda, as casas com 7 ou mais moradores e força, percentualmente, para cima a média total.

19 Em que pese no gráfico estar de 25 a 64 anos, o que é depreendido dos demais rótulos, a questão de campo era “25 ou mais” anos. Não há prejuízo de análise, neste caso.

Gráfico 6. Condição do imóvel do entrevistado



Fonte: Elaboração própria.

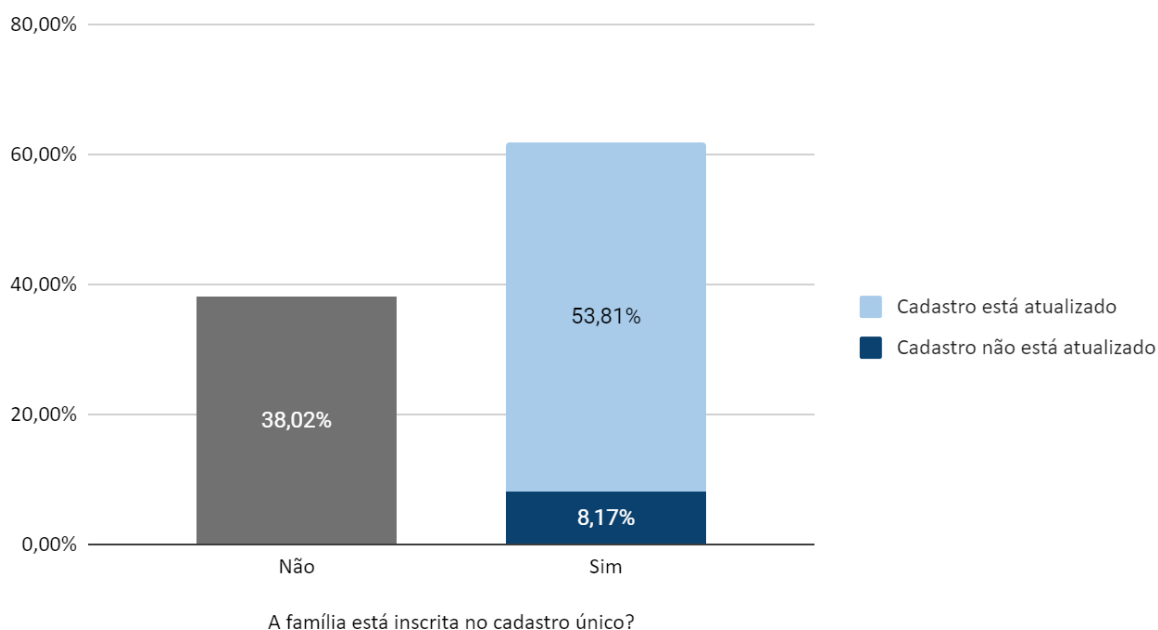
Em relação à condição do imóvel do entrevistado, onde 9.880 pessoas responderam a pergunta, majoritariamente estes eram próprios (65,36%), ou alugados (18,66%). Os resultados dialogam com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual realizada pelo IBGE em 2019, que indica que no estado do Rio de Janeiro 72,8% dos imóveis eram próprios<sup>20</sup> e 18,9% alugados.





## Acesso a benefícios

Gráfico 7. Se a família está inscrita no cadastro único e se o cadastro está atualizado



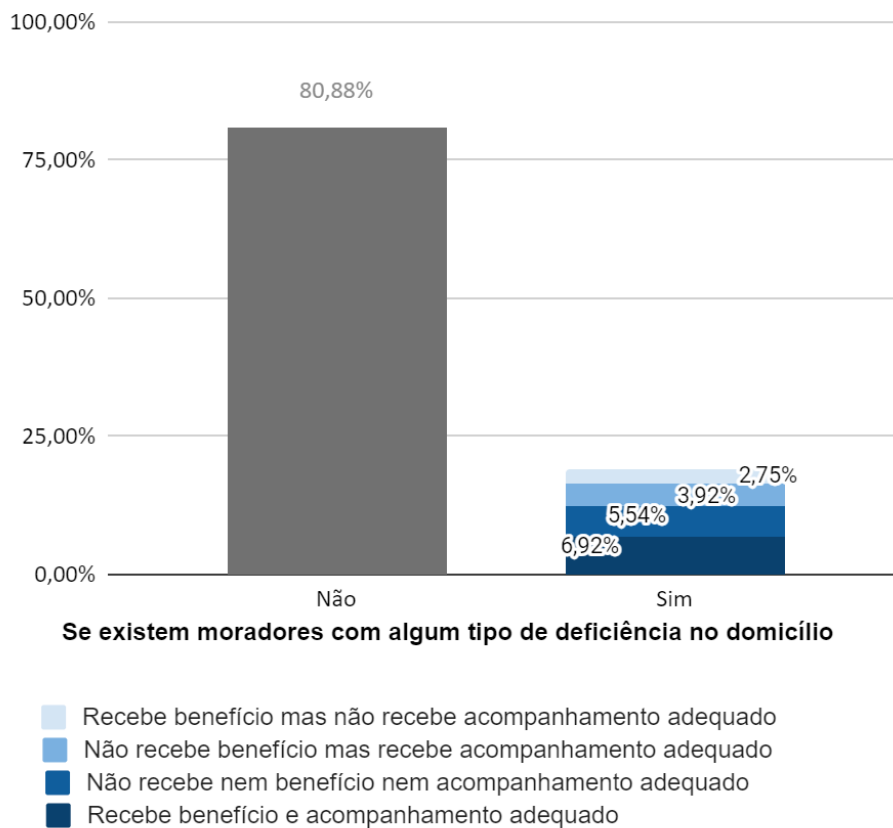
Fonte: Elaboração própria.

A resposta sobre a inscrição do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) foi abarcada por 6.326 entradas, derivadas de duas questões: se o respondente é inscrito no CadÚnico e, caso seja inscrito, se este cadastro está atualizado<sup>21</sup>. Note-se que a resposta não está vinculada ao entrevistado, mas ao cadastro da família, consonante a proposta desta iniciativa.

A maioria dos respondentes inferiu positivamente em ambas as questões, de modo que o tem o cadastro e está atualizado 53,81% das respostas. Noutra giro, tem o cadastro, em que pese não estar atualizado, 8,17% dos respondentes. Por fim, 38,02% dos entrevistados disseram não ter o CadÚnico no momento da entrevista.

21 Nota: Algumas ocorrências indicavam que o entrevistado respondia negativamente à primeira questão e positivamente à segunda, isto é, afirmava não estar inscrito porém ter seu cadastro atualizado. Para fins de análise, estas entradas foram desconsideradas.

**Gráfico 8. Domicílios com pessoas com deficiência e se há acompanhamento adequado ou recebimento de benefício por elas**



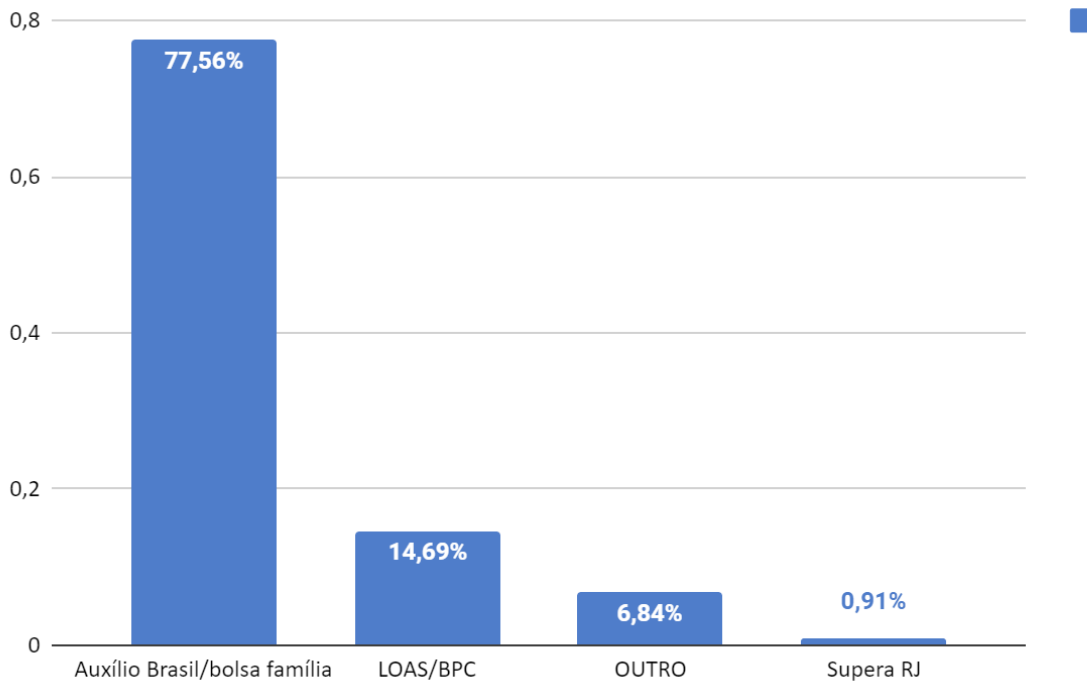
Fonte: Elaboração própria.

O perfil dos moradores dos lares dos entrevistados também pode ser delineado a partir das entradas obtidas. Dentre as características às quais se teve acesso, é possível inferir que 80,88% destes moradores não possuem qualquer tipo de deficiência reconhecida pelo respondente no momento da entrevista.

Os demais moradores, que compreendem 19,12% das respostas, não houve diferenciação quanto ao tipo de deficiência reconhecida. Contudo, verificou-se o uso de auxílios governamentais e acompanhamento para atenuar e conferir maior bem estar a estes moradores.

Assim, foi verificado que a maioria, 6,92% recebe benefício e acompanhamento adequado enquanto 5,54% não recebe benefício tampouco recebem acompanhamento adequado. Também não recebem benefício 3,92% dos moradores pontuados, ainda que recebam tratamento adequado. Por fim, 2,75% recebe benefício, mas não tem tratamento adequado.

**Gráfico 9. Quais benefícios são recebidos pelo entrevistado ou por alguém que reside com o entrevistado**



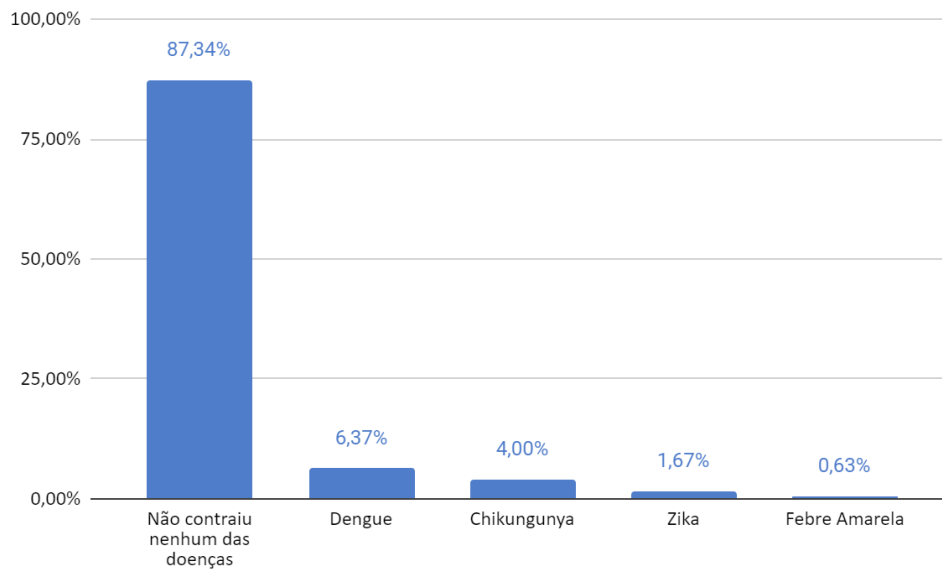
**Fonte:** Elaboração própria.

Destaque-se que esta questão foi elaborada sobre todos aqueles que estão na moradia do entrevistado, de modo que não é possível distinguir quem, nessa residência, recebe o benefício. As respostas somam um total de 9.195 entrevistados. Ao serem questionados sobre o recebimento de benefícios, 63,12% dos respondentes disseram não receber qualquer tipo de benefício. Dentre os 36,88% que afirmaram ter acesso a algum auxílio do governo, a maioria disse receber Auxílio Brasil ou Bolsa Família, um total de 77,56% da amostra. No tocante aos demais benefícios, 14,69% afirmaram receber LOAS ou BPC e 6,84% outro tipo de benefício. Menos de 1% afirmou receber o Supera RJ.



# Covid e outras doenças epidemiológicas

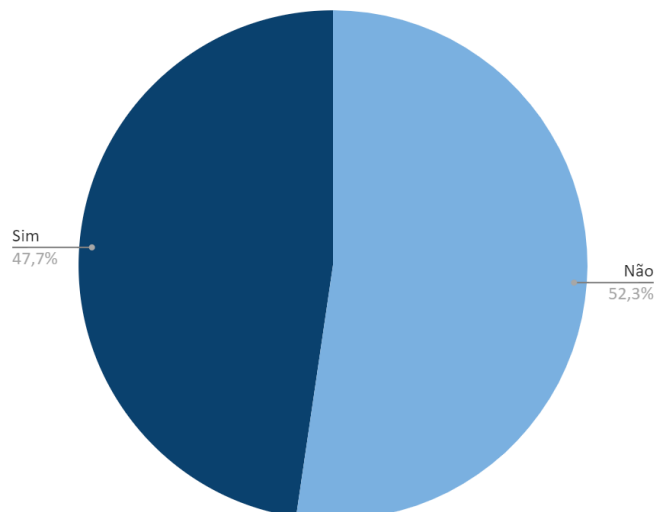
**Gráfico 10. Se algum dos moradores da residência contraiu alguma doença epidemiológica nos últimos dois anos**



Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntado se algum dos moradores contraiu alguma das doenças infecciosas: dengue, chikungunya, zika ou febre amarela nos últimos dois anos, 87,34% dos 9.728 respondentes afirmaram não ter contraído qualquer dessas doenças. Dentre os que contraíram, 6,37% disseram que algum dos moradores contraiu dengue; 4% chikungunya; 1,67% zika; e 0,63% febre amarela.

**Gráfico 11. Se os moradores são assistidos por algum programa público de saúde da família**



Fonte: Elaboração própria.



Ainda no tocante à saúde dos moradores do lar do respondente, perguntou-se sobre a assistência por algum programa público de saúde da família<sup>22</sup>. Dentre os 8.700, 52,3% disseram não usufruir deste tipo de assistência, enquanto 47,7% afirmaram ter esse acompanhamento.

Para além das questões sobre doenças epidemiológicas, necessárias para verificar o perfil e a necessidade da atuação e criação de políticas públicas voltadas à população entrevistada, uma parte da *survey* foi dedicada à análise da covid no grupo amostral, conforme segue:

**Tabela 1. Proporção de domicílios com moradores que tiveram infecção por covid**

Número de moradores	Casas onde todos tiveram covid	Casas onde pelo menos uma pessoa pegou covid	Casas onde ninguém pegou covid	Total geral
1	26,92%	0,00%	73,08%	100%
2	19,41%	17,17%	63,43%	100%
3	12,28%	33,13%	54,59%	100%
4	9,88%	40,01%	50,11%	100%
5	8,66%	41,41%	49,93%	100%
6	11,22%	47,76%	41,03%	100%
<b>Total</b>	<b>15,85%</b>	<b>25,77%</b>	<b>58,38%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Em um primeiro momento, perguntou-se sobre as doenças epidemiológicas, da mesma maneira que foi perguntado sobre a covid-19. Portanto, obteve-se respostas sobre a presença de covid nos lares. A partir desse dado, cruzou-se com a variável moradia - obtendo, desta forma, uma análise mais extensa dos lares em que os moradores tiveram covid em sua integralidade, onde pelo menos um dos moradores teve ou, ainda, moradias em que ninguém contraiu covid.

Nesse íterim, é possível notar, naturalmente, que há uma relação proporcional entre o número de moradores e ter pelo menos um indivíduo que contraiu covid. Em termos gerais, as casas nas quais todos os moradores tiveram covid são 15,85% da amostra; as casas em que pelo menos um morador teve a doença compõe 25,77% do grupo amostral. Já os lares em que nenhum morador pegou covid são 58,38% da amostra.

Dentre os lares em que ninguém contraiu covid, destacam-se os lares com apenas um morador, confirmando a relação entre as variáveis. Da mesma forma, as casas com seis habitantes têm menos ocorrências de que ninguém tenha contraído a covid. De forma análoga, os lares mononucleares não tiveram respondentes com a doença - no que há sentido, tendo em vista que os casos deste estrato estão na primeira opção, casas em que todos (no caso o único morador) contra-

íram covid; já os lares com seis pessoas tiveram, em 47,76% dos casos, pelo menos um de seus moradores contraindo a doença.

Os casos em que todos os moradores tiveram covid são distribuídos anormalmente. Dos lares compostos por uma pessoa são 26,92% do grupo amostral, seguido pelos lares com duas pessoas, nos quais ambas contraíram covid, em 19,41% desses lares. Nos lares com três moradores, todos pegaram covid em 12,28% dos casos. Nos de quatro, 9,88% das vezes; nos de cinco, 8,66% das vezes. Os lares com seis pessoas tiveram todos os seus moradores infectados em 11,22% das vezes.

**Tabela 2. Proporção de domicílios com moradores que tomaram a primeira dose da vacina contra a covid**

Número de moradores	Casas onde todos tomaram a primeira dose da vacina contra a covid	Casas onde pelo menos uma pessoa tomou a primeira dose da vacina contra a covid	Casas onde ninguém tomou a primeira dose da vacina contra a covid	Total geral
<b>1</b>	93,65%	0,00%	6,35%	100%
<b>2</b>	88,88%	8,09%	3,03%	100%
<b>3</b>	73,01%	25,13%	1,85%	100%
<b>4</b>	64,63%	34,19%	1,18%	100%
<b>5</b>	58,74%	39,21%	2,05%	100%
<b>6</b>	56,17%	42,86%	0,97%	100%
<b>Total</b>	<b>77,53%</b>	<b>19,72%</b>	<b>2,75%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Quando questionados sobre a vacinação, 77,53% dos entrevistados responderam que todos os moradores de seus lares tomaram a primeira dose, conforme a Tabela 2. Nesses casos, os lares com um morador que tomou a vacina compõe 93,65% da amostra; aqueles que moram duas pessoas representam 88,88% da amostra; já os que são compostos por três moradores são 73,01% do grupo amostral. Os lares com quatro moradores são representados por 64,63% das respostas. Já as moradias com mais de cinco pessoas orbitam 55% da amostra.

Os lares em que pelo menos um dos moradores tomou a vacina têm uma relação inversamente proporcional com o número de moradores, isto é, aqueles que têm menos moradores tendem a ser representados por uma parcela menor da amostra nestes casos, justamente por serem representados no primeiro estrato, qual seja, lares que tiveram todos os moradores vacinados. Trata-se de uma proporção natural e positiva. Assim, os lares com seus moradores que tiveram pelo menos um deles vacinados são representados por 42,86% desse grupo amostral; os lares com cinco indivíduos, 39,21%. Já os lares com quatro pessoas que tiveram pelo menos um de seus moradores vacinados são 34,19% do grupo amostral. Aqueles compostos por três pessoas são 25,13% dessa amostra. No total, 19,72% dos respondentes afirmaram que pelo menos um dos moradores tomou a vacina do covid.

Por fim, 2,75% dos respondentes representam aqueles lares nos quais nenhum dos indivíduos se vacinou contra a covid 19. Desse grupo, os lares com apenas um morador representam 6,35% dos casos; os que são compostos por dois moradores, 3,03%; aqueles com três e quatro moradores são, respectivamente, 1,85% e 1,18%; os com cinco moradores são 2,05% e os que tenham seis moradores, menos de 1%.

**Tabela 3. Proporção de domicílios com moradores que tomaram a segunda dose da vacina contra a covid**

Número de moradores	Casas onde todos tomaram a segunda dose da vacina contra a covid	Casas onde pelo menos uma pessoa tomou a segunda dose da vacina contra a covid	Casas onde ninguém tomou a segunda dose da vacina contra a covid	Total geral
<b>1</b>	92,11%	0,00%	7,89%	100%
<b>2</b>	86,20%	9,93%	3,87%	100%
<b>3</b>	65,56%	31,93%	2,51%	100%
<b>4</b>	56,05%	41,82%	2,13%	100%
<b>5</b>	51,16%	45,58%	3,27%	100%
<b>6</b>	47,35%	50,00%	2,65%	100%
<b>Total</b>	<b>72,07%</b>	<b>24,21%</b>	<b>3,72%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Analisando as respostas sobre a segunda dose da vacina é preciso considerar que só podem tomar a segunda vacina aqueles que já tomaram a primeira. Mantendo as variáveis anteriormente analisadas, 72,07% do grupo amostral afirmou que todos os moradores da casa tomaram a segunda dose, enquanto 24,21% afirmaram que pelo menos uma pessoa tomou a segunda dose da vacina. Os casos em que nenhum morador da casa tomou a vacina somam 3,72% do grupo amostral.

No caso da Tabela 3, mantiveram-se as relações entre as variáveis comentadas na Tabela 2. No grupo que afirmou que todos os moradores da casa tomaram a segunda dose, os lares com um morador que tomou compõe 92,11% da amostra; aqueles que moram duas pessoas representam 86,20% da amostra; já os que são compostos por três moradores são 65,56% do grupo amostral. Os lares com quatro, cinco e seis moradores são representados, cada um, por menos de 60% das respostas. Nota-se, uma diminuição na proporção daqueles que tomaram a segunda dose com relação aos que tomaram a primeira.

No tocante aos lares nos quais pelo menos um morador tomou a segunda dose, isto é, que têm moradores que não tomaram a segunda dose, pode ser verificado que: 50% dos lares com seis moradores estão nesta categoria; dentre os lares com cinco moradores, 45,58% não tomaram a segunda dose - número próximo dos lares com quatro moradores, que representam 41,82% do grupo amostral. Os lares com três moradores somam 31,93% dos casos em que pelo menos um dos moradores tomou a segunda dose, enquanto cerca de 10% dos lares com dois moradores

estão nessa situação.

Por fim, no grupo em que nenhum dos moradores tomou a segunda dose também há um aumento com relação à Tabela 2, referente à primeira dose. Os lares com apenas um morador representam 7,89% dos casos; os que são compostos por dois moradores, 3,87%; aqueles com três e quatro moradores são, respectivamente, 2,51% e 2,13%; os com cinco moradores são 3,27% e os que tenham seis moradores, menos de 2,65%.

**Tabela 4. Proporção de domicílios com moradores que tomaram a dose de reforço contra a covid**

Número de moradores	Casas onde todos tomaram a dose de reforço da vacina contra a covid	Casas onde pelo menos uma pessoa tomou a dose de reforço da vacina contra a covid	Casas onde ninguém tomou a dose de reforço da vacina contra a covid	Total geral
1	77,30%	0,00%	22,70%	100%
2	66,97%	15,72%	17,31%	100%
3	40,97%	43,13%	15,89%	100%
4	30,45%	52,32%	17,23%	100%
5	22,12%	49,15%	28,73%	100%
6	22,70%	56,58%	20,72%	100%
<b>Total</b>	<b>50,54%</b>	<b>30,93%</b>	<b>18,53%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

Quando perguntados sobre a dose de reforço - ou terceira dose -, os números novamente caem se contrapostos à primeira e à segunda doses. Nesse caso, aqueles que declararam que todos os moradores receberam a dose de reforço representam 50,54% da amostra, enquanto aqueles lares em que pelo menos uma pessoa tomou a dose de reforço compõem 30,93% dos casos. As casas em que ninguém tomou a dose de reforço representam 18,53% do grupo amostral.

No grupo em que nenhum dos moradores tomou a terceira dose há um aumento com relação às Tabelas 2 e 3. Os lares com apenas um morador representam 22,70% dos casos; os que são compostos por dois moradores, 17,31%; aqueles com três e quatro moradores são, respectivamente, 15,89% e 17,23%; os com cinco moradores são 28,73% e os que tenham seis moradores, 20,72%.

Nos lares em que pelo menos um morador tomou a terceira dose, tem-se uma relação distinta dos primeiros casos. Os lares com seis moradores são 56,58% dos casos; os com cinco moradores, 49,15% dos casos. Os lares compostos por quatro pessoas correspondem a 52,32% do grupo amostral. Aqueles com três pessoas das quais pelo menos uma tomou a terceira dose são 43,13% dos casos. Os lares com duas pessoas em que uma está imunizada representam 15,72% do grupo amostral.

Já os lares em que todos os moradores estão imunizados com a terceira dose, tem-se uma maior proporção nos lares em que vive apenas o respondente,



representado por 77,30% da amostra. Os lares com duas pessoas completamente imunizadas, isto é, que receberam inclusive a terceira dose, são 66,97% dos casos. Os lares com três pessoas imunizadas são 40,97% do grupo amostral. Os de quatro a cinco pessoas imunizadas são, respectivamente, 30,45% e 22,12% da amostra. Os casos em que habitam seis pessoas e que todas estão imunizadas são 22,70% do grupo amostral.

**Tabela 5. Proporção de domicílios onde os moradores tomaram a vacina contra a gripe**

Número de moradores	Casas onde todos tomaram a vacina contra gripe	Casas onde pelo menos uma pessoa tomou a vacina contra gripe	Casas onde ninguém tomou a vacina contra gripe	Total geral
1	66,71%	0,00%	33,29%	100%
2	57,61%	15,45%	26,94%	100%
3	42,50%	31,98%	25,52%	100%
4	36,00%	36,00%	28,00%	100%
5	31,86%	40,41%	27,72%	100%
6	31,02%	40,26%	28,71%	100%
<b>Total</b>	<b>48,20%</b>	<b>23,92%</b>	<b>27,88%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaboração própria.

No caso da vacina contra a gripe, ainda utilizando as categorias das Tabelas 2, 3 e 4, observa-se um número menos expressivo de vacinados. Os casos em que todos os moradores se vacinaram são 48,20% da amostra, enquanto as casas em que pelo menos um dos moradores se vacinou são 23,92%. As casas em que ninguém se vacinou contra a gripe representam 27,88% do grupo amostral.

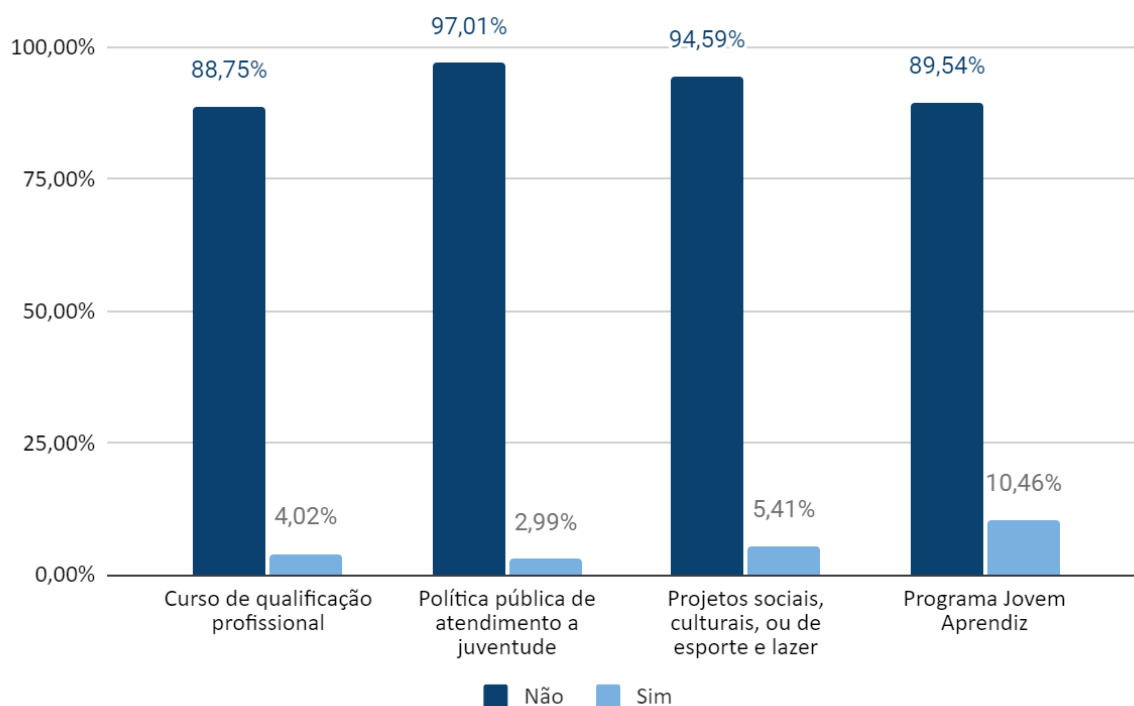
Há uma correlação positiva entre menor número de moradores e lares em que todos foram vacinados contra a gripe. Nos lares em que há apenas um morador, 66,71% está vacinado enquanto 33,29% não se vacinou. Nas moradias em que há dois habitantes, estão ambos vacinados em 57,61% dos casos; pelo menos um está vacinado em 15,45% da amostra e 26,94% não há nenhum vacinado.

Os lares com três moradores são divididos entre 42,50% de totalmente vacinados; 31,98% em que pelo menos um morador está vacinado e 25,52% que não tem nenhum dos moradores vacinados. Já aqueles com quatro moradores têm, em 36% dos casos, todos vacinados; o mesmo percentual foi indicado para os casos em que pelo menos um dos moradores foram vacinados e, em 28% dos lares, não há ninguém imune contra a gripe.

Por fim, os lares com cinco e seis moradores apresentam-se com valores muito próximos. Enquanto aqueles com cinco moradores têm, em 31,86% dos casos, todos os seus moradores imunes; em 40,41% dos casos, pelo menos um de seus moradores imunizados e em 27,72% nenhum dos moradores imunes, aqueles com seis moradores têm, na mesma sequência, 31,02%; 40,26%; e 28,71%.

## Acesso a serviços e políticas públicas

Gráfico 12. Se o jovem da residência participa ou não de:



Fonte: Elaboração própria.

Nas casas em que há jovens, ou seja, naquelas casas em que pelo menos um morador tinha entre 18 e 24 anos, foram realizadas questões específicas concernentes a esses moradores - sendo ou não o entrevistado.

Dessa forma, constatou-se que 88,75% não fizeram cursos de qualificação profissional, 97,01% não usufruiu de nenhuma política pública de atendimento a juventude; 94,59% não participou de projetos sociais, culturais ou de esporte e lazer; e 89,54% não participaram do Programa Jovem Aprendiz. Ou seja, os jovens não parecem usufruir de políticas públicas voltadas a essa faixa etária.

Quando perguntados sobre políticas de atendimento à juventude, 2,99% afirmam usufruir, dos quais 15,25% se referem ao Ambiente Jovem, 30,1% ao Esporte Presente e 54,24 a outros programas.

**Tabela 6. Proporção de domicílios com luz elétrica, tratamento de esgoto e fornecimento de água**

Água e Esgoto	Sua Residência Possui Fornecimento De Energia Eletrica?	
	Sim	Não
Acesso à Fornecimento de água e Tratamento de esgoto	77,47%	0,69%
Acesso somente à Fornecimento de água	11,55%	0,51%
Acesso somente à Tratamento de esgoto	3,78%	0,21%
Sem acesso à Fornecimento de água e à Tratamento de Esgoto	3,93%	1,86%
<b>Total geral</b>	<b>96,73%</b>	<b>3,27%</b>

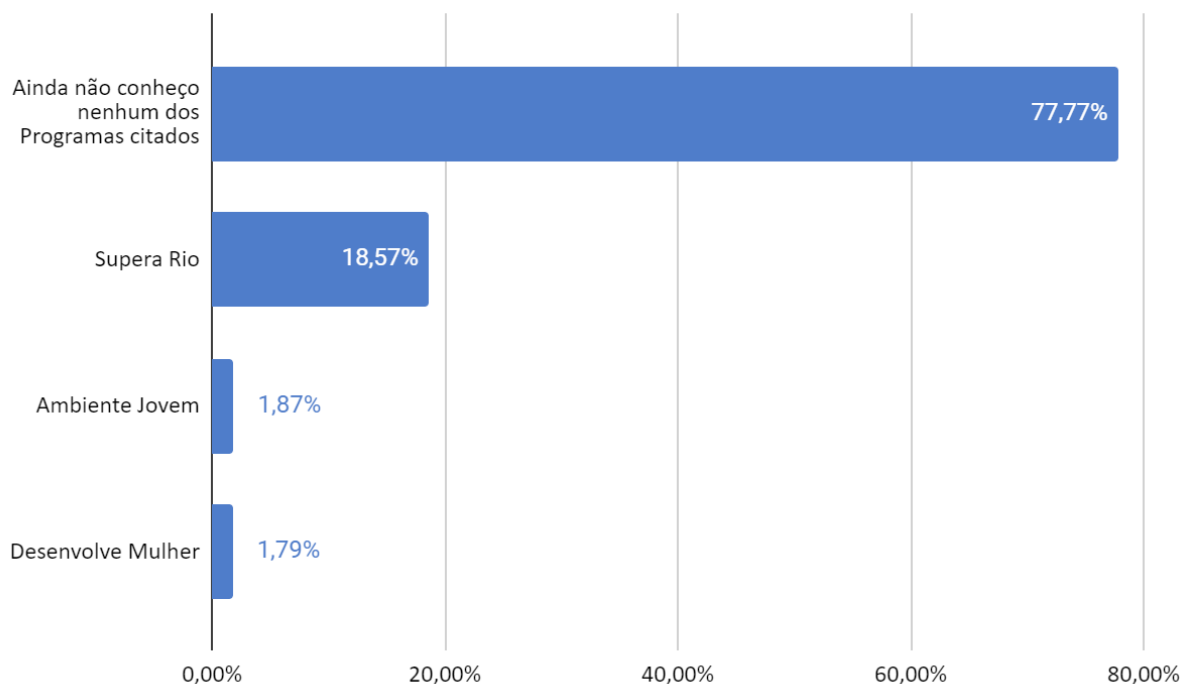
Fonte: Elaboração própria.

O acesso à infraestrutura urbana também foi objeto desta pesquisa. Dentre os 9.617 respondentes, é interessante notar que mesmo que a maior parte da população já tenha acesso à energia elétrica (96,7%), percebe-se que dentre as pessoas que não tem acesso à energia elétrica, a mais alta incidência é de pessoas que também não tem acesso à fornecimento de água e tratamento de esgoto - frente à opção inversa. Isto é, se o indivíduo tem acesso à fornecimento de energia elétrica são grandes as chances de ele ter acesso à fornecimento de água ou tratamento de esgoto, ou ainda ambos, enquanto se ele não tem acesso à fornecimento de energia elétrica, são grandes as chances de ele não ter acesso a nenhum dos três serviços.

Posto isso, 77,47% têm acesso a luz elétrica, tratamento de esgoto e fornecimento de água. Em contrapartida, 0,51% não tem acesso a nenhum destes serviços. Os que têm acesso à luz elétrica e ao fornecimento de água, em que pese não terem acesso ao tratamento de esgoto, somam 11,55%; os que, de outra forma, não têm acesso à luz elétrica, ainda que tenham acesso ao fornecimento de água e tratamento de esgoto são 0,69%. Note-se que é mais raro que não se tenha acesso à luz elétrica do que ao tratamento de esgoto.

## Conhecimento sobre programas de governo

Gráfico 13. Se o entrevistado conhece algum dos Programas citados



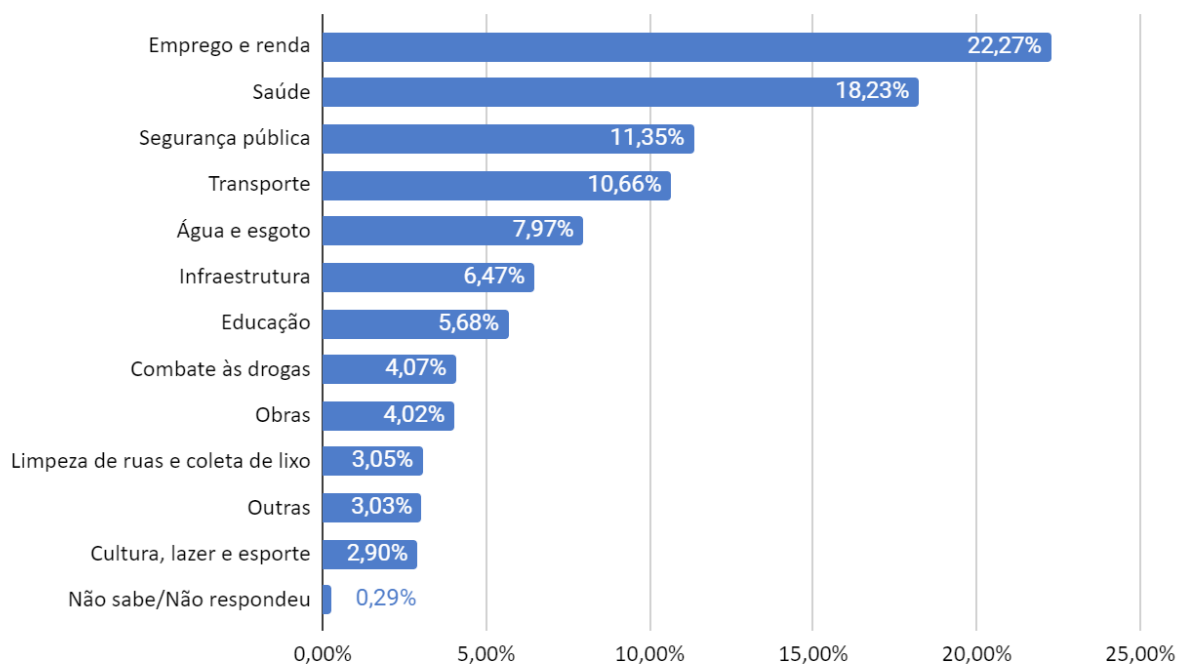
Fonte: Elaboração própria.

Os entrevistados, quando indagados sobre os programas voltados à população alvo da pesquisa, afirmaram não conhecer nenhum dos Programas citados em 77,77% das vezes. Dentre os demais, o Supera Rio se destacou, sendo conhecido por 18,57% dos 9.457 respondentes que compuseram a amostra. Seguiu-se o Ambiente Jovem, conhecido por 1,87%, e o Desenvolve Mulher, conhecido por 1,79% do grupo amostral.



## Opinião sobre área de prioridade do governo

Gráfico 14. Qual deveria ser a área de prioridade do governo no bairro de residência



Fonte: Elaboração própria.

Quando questionados sobre a prioridade de investimento do governo no bairro em que residem, os entrevistados majoritariamente responderam que os gastos do Estado deveriam ser direcionados à área de emprego e renda (22,27%), seguida pela área da saúde (18,23%) e por segurança pública (11,35%). Logo após, o transporte, amplamente interpretado como mobilidade urbana, aparece também de forma expressiva (10,66%). Saneamento básico segue, com 7,97% dos entrevistados afirmando ser prioridade; infraestrutura, com 6,47%; educação, mencionada em 5,68% das vezes. Combate às drogas e obras cercam, cada, os 4%. Limpeza das ruas, coleta de lixo, outras prioridades e cultura, lazer e esporte foram elencadas, cada uma, cerca de 3% das vezes.

# Considerações Finais

No tocante à aplicação do primeiro questionário referente ao Projeto +Acesso - *O Governo do Rio de Janeiro mais perto de Você*, foi possível decantar algumas informações cruciais sobre a população alvo, qual seja, os cidadãos fluminenses. Com este propósito, o presente relatório dividiu-se entre metodologia e as seções cujo objetivo era a análise, *per se*, dos dados: o perfil do entrevistado e seu arranjo domiciliar; acesso a benefícios; covid e outras doenças epidemiológicas; acesso a serviços e políticas públicas; conhecimento sobre programas de governo e opinião sobre área de prioridade do governo.

Sobrelevadas as questões metodológicas, restou um total de 10.180 observações, a serem analisadas neste relatório. Quanto ao primeiro eixo de análise, o perfil do entrevistado e seu arranjo familiar, em que pese as limitações dispostas, quais sejam, não existir questões referentes à raça/cor e etnia e a limitação dos critérios de idade e sexo/gênero, foi possível traçar um perfil majoritariamente feminino, na categoria adulto (disposta pelo questionário), com Ensino Médio Completo. O arranjo familiar tem, majoritariamente, dois e três moradores, adultos, em moradias próprias.

Quanto ao acesso a benefícios, a maior parte dos respondentes está inscrita no Cadastro Único e tem ele atualizado. Os moradores que foram declarados portadores de algum tipo de deficiência recebem, na maioria das vezes, benefício e acompanhamento adequado. Os benefícios auxílio brasil/bolsa família são os mais recebidos, seguidos pelo LOAS. O Supera RJ é o benefício menos recebido.

As doenças epidemiológicas não tiveram expressiva contração nos últimos dois anos. No caso do covid, a maior parte dos respondentes declarou que ninguém das casas contraiu a doença e, da mesma forma, tem-se um alto percentual de casas em que todos os moradores tomaram a primeira dose da vacina contra o covid. Esta proporção cai para a segunda e a terceira dose, em que pese ainda ter uma proporção bastante alta desses casos. No caso da gripe, menos da metade dos respondentes afirmaram ser de lares em que todos os moradores tomaram a vacina contra a gripe.

O eixo de acesso a serviços e políticas públicas demonstra uma necessidade de direcionamento dos jovens para os programas já existentes voltados à sua faixa etária, que, de acordo com os dados apresentados, há uma subutilização pelos jovens moradores. Ademais, quanto ao acesso à infraestrutura básica, tem-se uma alta concentração nos eixos positivos. O último eixo, sobre conhecimento de programas de governo, prova que são majoritariamente desconhecidos. Por fim, no que concerne às prioridades de investimento estatal, destacou-se emprego e renda.

